

# Tecendo redes: perspectiva de fortalecimento de ações intersetoriais nas medidas socioeducativas em meio aberto do Distrito Federal

Weaving networks: perspective on strengthening intersectoral actions in socio-educational measures in open environments in the Federal District

Etienne Baldez Louzada Barbosa \*    
Krisley Queiroz de Souza Amorim \*\* 

**Resumo:** Este trabalho tem a perspectiva de desvelar a importância de ações intersetoriais no âmbito das medidas socioeducativas em meio aberto. Para isso, é apresentado um estudo de caso de uma rede intersetorial em parceria com a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. O objetivo do estudo foi investigar a potencialidade de práticas pedagógicas, enfatizando o projeto renovação adolescentes, cuja finalidade precípua foi a conversão da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, e o estímulo para prática de ações emancipatórias para a cidadania. O projeto foi aplicado durante os anos de 2020 e 2021, contemplando o período da Pandemia do Covid-19. A metodologia utilizada na análise da aplicação do projeto foi qualitativa, amparada no estudo de caso e na análise de conteúdo. O principal resultado, obtido a partir do depoimento dos/as adolescentes participantes do estudo, foi que a aplicação da medida socioeducativa por meio de atividade pedagógica foi motivadora, prazerosa, e agregadora de conteúdo, quebrando o paradigma punitivista.

**Palavras-chave:** socioeducação; adolescentes; intersetorialidade; medida socioeducativa; prática pedagógica.

**Abstract:** This work aims to reveal the importance of intersectoral actions in the context of open-ended socio-educational measures. For this purpose, a case study of an intersectoral network in partnership with the Undersecretariat of the Socio-Educational System of the Federal District is presented. The aim of the study was to investigate the potential of pedagogical practices, with an emphasis on the adolescent renovation project, the primary purpose of which was to convert the socio-educational measure of providing services to the community, and to encourage the practice of emancipatory actions for citizenship. The project was implemented in 2020 and 2021, during the Covid-19 pandemic. The methodology used to analyze the application of the project was qualitative, based on a case study and content analysis. The main result, obtained from the testimony of the adolescents participating in the study, was that the application of the socio-educational measure through pedagogical activity was motivating, pleasurable, and added content, breaking the punitive paradigm.

**Keywords:** socio-education; teenagers; intersectionality; socio-educational action; pedagogical practice.

Recebido em: 20/08/2025  
Aprovado em: 01/12/2025

Como citar este artigo:  
BARBOSA, Etienne Baldez Louzada; AMORIM, Krisley Queiroz de Souza. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, vol. 7, n. 1, 2025, p. 93-112.

\*Universidade de Brasília.

\*\*Universidade de Brasília.

## 1 Introdução

O arcabouço legal voltado aos direitos infantojuvenis no Brasil é considerado referência mundial, o Estatuto da Criança e do Adolescente - o ECA - promulgado em 13 de julho de 1990, foi um marco da mudança de paradigma no território nacional. Como desdobramento dessa legislação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, surge em 2012, com a finalidade de promover, proteger e defender os direitos de adolescentes e jovens que praticam atos infracionais. Apesar desse lapso temporal, a implementação de políticas públicas direcionadas a esse público demonstra-se insuficiente.

A experiência laboral da pesquisadora há mais de uma década no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, juntamente com a equipe multidisciplinar da Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Gama, permite inferir que a escassez de recursos materiais e humanos para a adequação das atividades, associado ao estigma conservador da sociedade, dificulta a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo. Aliado a isso, as dificuldades estabelecidas pelo conservadorismo avançam até os legisladores, alcançando também a maioria dos trabalhadores desse sistema, que mantêm vivas práticas concernentes à antiga FEBEM. Contudo, mesmo com as dificuldades, o fato é que o advento da legislação voltada para a criança e o adolescente trouxe um novo olhar para a socioeducação, que almeja propiciar a ressignificação de trajetórias tecendo elos com as áreas de educação, saúde, esporte, assistência social, cultura e capacitação para o trabalho, para os/as adolescentes atendidos/as em harmonia com os princípios elencados nas normatizações infantojuvenis. Essa convergência das políticas intersetoriais, sugere a materialização de um plano abstrato e a efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Na perspectiva da intersetorialidade, pode-se iniciar o debate com a menção do trecho contido no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013, p.22), o qual pontua “[...] a intersetorialidade é um eixo estruturante da organização dos serviços e possibilita processos decisórios organizados e coletivos que culminam em ações capazes de impactar positivamente as políticas socioeducativas”. Ou seja, a ideia da intersetorialidade corporifica a definição de socioeducação contida no ECA e SINASE. Por outro lado, sem a intersetorialidade é extremamente difícil, talvez até mesmo impossível, que se garanta o cumprimento dos direitos do público atendido no sistema socioeducativo, sobretudo porque o SINASE deve oportunizar aos atendidos alguns serviços básicos, tais como: acesso ao sistema educacional; esporte, lazer e cultura; acesso ao sistema de saúde; assistência social; profissionalização; sistema de justiça e segurança pública. Dessa forma, ações que aplicam as alianças intersetoriais são muito bem

recebidas pelas instâncias que operam com as políticas socioeducativas, e por isso, há diversas ações distribuídas pelo país que tentaram estabelecer a conexão entre os órgãos que atendem os adolescentes do sistema socioeducativo. Por exemplo, podemos citar a proposta de inclusão de terapeutas ocupacionais na equipe multidisciplinar de atendimento do público infantojuvenil (Vedovello et al, 2022), a inclusão de prática de lazer para os socioeducandos direcionadas por agentes pedagógicos (Trentin, Silvestre e Amaral, 2018), e operacionalização de tecnologias disciplinar no âmbito das instituições que acolhem os/as adolescentes em conflito com a lei (Scisleski et al, 2014), dentre outras práticas correlatas.

Dito isso, o presente trabalho pretende apresentar uma ação intersetorial conduzida no bojo do sistema socioeducativo do Distrito Federal. O projeto foi desenvolvido em parceria pela Secretaria da Justiça do DF, representada pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), Defensoria Pública do DF, e Universidade de Brasília, representada pelo Instituto de Psicologia. De forma sintética, a ação consistia num método alternativo de cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade; ao invés das tradicionais tarefas imbuídas nesse tipo de medida, os/as adolescentes deveriam atuar numa prática pedagógica fomentada por uma equipe multidisciplinar de profissionais, os quais eram filiados a diversos órgãos governamentais e privados. Este programa recebeu o nome de “Renovação Adolescentes”, e foi incluído como subprograma de uma ação mais holística, voltada a outros grupos de indivíduos vulneráveis. O ponto sensível da ação foi o período de seu desenvolvimento, que coincidiu com a pandemia do COVID-19. Assim, neste trabalho os detalhes desta ação, como metodologia e resultados são cuidadosamente detalhados, de forma que o/a leitor/a possa conhecê-lo, e caso tenha interesse, replicá-lo em outras realidades.

Nesse contexto, a apresentação deste texto é baseada nos seguintes tópicos: na seção 2, são debatidos de forma sucinta os temas de socioeducação e intersetorialidade, de forma que o leitor se familiarize com os conceitos e compreenda as vantagens da abordagem que agrupa as diversas instâncias na busca de ressignificação de trajetórias de adolescentes; a metodologia é apresentada na seção 3; na seção 4, resultados e análises são discutidos; por fim, na seção 5 são elencadas as considerações finais e perspectivas.

## **2 Socioeducação e intersetorialidade: elo fundamental para a promoção, defesa e garantia de direitos humanos**

A socioeducação abrange conceitos e princípios direcionados a práxis de profissionais que lidam com desafios diárias sobre como implementar ações que gerem resultados palpáveis na vida dos/das adolescentes. Tornar concreto o que se encontra em um plano abstrato é um impasse para a equipe multidisciplinar, que precisa tecer redes com instituições e serviços para assegurar que os princípios constitucionais infantojuvenis sejam assegurados. Ao dialogar sobre redes (Barros, 2009) enfatiza que estamos falando de conexões institucionais e ações integradas, interinstitucionais e intersetoriais, que integra diferentes setores de políticas dentro da lógica que o Estatuto estabelece para a política de atendimento.

A incompletude institucional está prevista na Lei 12.594/2012, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esse princípio sinaliza que as instituições responsáveis por executar medidas socioeducativas, sendo de meio aberto ou meio fechado, não é a única responsável pelo atendimento e resolução de demandas complexas provenientes do atendimento socioeducativo, sendo imprescindível o diálogo entre as políticas setoriais para que as finalidades das medidas socioeducativas sejam alcançadas: a proteção e a responsabilização do/da adolescente. Essa incompletude está conectada à ideia de superar uma “instituição total”, que contempla todas as necessidades do sujeito, para uma inter-relação com instituições que compõem as políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes. Em conformidade com o Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MDS, 2016) a articulação intersetorial é concretizada quando há intervenções conjuntas dos diversos profissionais do sistema socioeducativo e na oferta de ações e serviços das políticas setoriais para o/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua família.

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA, Rio de Janeiro, 2020) enfatiza que a medida socioeducativa tem natureza híbrida, tendo por objetivo: proteger e responsabilizar o adolescente autor de ato infracional. No que toca à proteção, essa só é alcançada em sua integralidade com a ação complementar das diversas políticas sociais, ou seja, por meio de uma articulação de ações das políticas setoriais, responsáveis pela oferta de atividades e/ou serviços que consideram as peculiaridades do público do sistema socioeducativo. O SINASE, em seu artigo 8º, visibiliza os planos decenais de atendimento socioeducativo como instrumento que direcionam o planejamento e a articulação intersetorial, prevendo ações conjuntas nas áreas de educação, capacitação para o trabalho, saúde, assistência social, esportes, entre outras. Ainda sob

essa ótica, o caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MDS, 2016) discorre:

A prerrogativa de que nenhuma política ou instituição consegue responder sozinha pela proteção social, pela responsabilização e pela superação da conduta infracional, impõe uma mudança de paradigma às instituições corresponsáveis pelo atendimento socioeducativo, marcadas historicamente pela cultura do desenvolvimento de ações compartimentadas (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, 2016, p. 66/67).

Essa corresponsabilização pelo atendimento socioeducativo remete a responsabilidade tripartite, preconizada no art. 227 da Constituição Federal, quando destaca ser dever da família, da sociedade e do Estado garantir os direitos basilares de crianças e adolescentes. Essa responsabilidade compartilhada permite inferir que a junção de atores sociais em prol de um bem comum, pode ser eficaz. No âmbito do SINASE, o estudo de Ana Emmanuela Reis Monteiro Brito (Brito, 2020), menciona a incipienteza da atuação intersetorial entre as políticas sociais, permitindo a compartimentação de ações. Sob outra ótica, é possível constatar avanços a exemplo do curso “Docência na Socioeducação”, realizado em 2014, que teve por público-alvo os professores atuantes no sistema socioeducativo e a implantação da Comissão da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), tendo como principal ponto de discussão tratar das Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Essa Comissão contou com a participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Conselho Nacional dos Direitos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Conforme esse estudo realizado pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, a Intersetorialidade permite a articulação de diferentes atores sociais, através da construção de estratégias para as ações, fundamentando-se na demanda de diferentes políticas e setores. Torna-se imprescindível estreitar relações com o Sistema de Garantia de Direitos, buscando favorecer uma relação integrada das políticas de atendimento à população para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, bem como para a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, almejando à consolidação das ações intersetoriais, em conformidade com a Resolução 113 do CONANDA. De acordo com Junqueira (1999), em seu artigo Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégia de gestão da cidade, a intersetorialidade é uma concepção que deve pressupor uma nova maneira de planejar, executar e

administrar a prestação de serviços, a fim de garantir o acesso igual de todos os indivíduos, mesmo que em condições desiguais, para que sejam garantidas a justiça e equidade. Essa justiça e equidade sugere que, apesar da aplicação da medida socioeducativa em seu viés pedagógico e sancionador, a socioeducação traz em seu cerne a importância de se manter vínculos familiares e comunitários.

Antônio Carlos Gomes da Costa discorre que “não estamos diante de um infrator que, por acaso, é um adolescente, mas diante de um adolescente que, por circunstâncias, cometeu um ato infracional” (Costa, 2002, p.16). Conforme sinaliza o CEDECA, 2020, a premissa é a aplicação prioritária das medidas socioeducativas em meio aberto em relação às demais políticas prevista no ECA e que o sistema socioeducativo, em todos os níveis, integra o sistema de garantia de direitos (SGD), a primeira resposta operacional corresponde à articulação de ações das proteções sociais básica e especial, reforçando a importância de ações de natureza socioeducativa no território.

Essa articulação sugere a existência de uma rede de serviços que abarque ações públicas e com a sociedade civil organizada, seja por meio dos conselhos deliberativos ou das instituições não governamentais. A articulação dessas ações pressupõe a efetivação do princípio da intersetorialidade, um paradigma norteador do SINASE, com vistas a produzir efetividade ao Sistema de Garantia de Direitos. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo preleciona:

os adolescentes têm sido submetidos a situações de vulnerabilidade, o que demanda o desenvolvimento de política de atendimento integrada com as diferentes políticas e sistemas dentro de uma rede integrada de atendimento, e, sobretudo, dar efetividade ao Sistema de Garantia de Direitos (SINASE, 2006, p. 18)

Essa efetividade ao Sistema de Garantia de Direitos traz a perspectiva de concretude e implementação de um arcabouço teórico imprescindível para a conexão de diferentes políticas inseridas em uma rede integrada de atendimento que vislumbra a efetivação de princípios e garantias constitucionais direcionadas ao público infantojuvenil. Nesse cenário, o meio aberto se utiliza do princípio da intersetorialidade para delinear suas ações na implementação das medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

Assim, há a compreensão de que o/a adolescente deve ser acompanhado(a) sob à ótica da proteção integral, sendo amparado em seu direito à educação, à profissionalização, à saúde, ao lazer, dentre outros que contemplam as necessidades sociais. Assim, ações intersetoriais trazem em seu cerne o intuito de efetivar esses direitos, ao pactuar projetos e ações para o cumprimento dessas medidas socioeducativas em meio aberto (CEDECA, Rio de Janeiro, 2020).

### 3 Metodologia

Apresentaremos a metodologia deste trabalho contemplando dois momentos. No primeiro, descreveremos o projeto renovação adolescentes, destacando o seu histórico, características, objetivos, organização e aplicação. O segundo momento será direcionado à descrição do método usado na catalogação dos dados obtidos no decorrer da aplicação do projeto, bem como na metodologia utilizada na análise desses dados.

#### *3.1 O projeto Renovação adolescentes: a materialidade de uma ação intersetorial*

Nesta subseção, trazemos a descrição da ação intersetorial aplicada no bojo do sistema socioeducativo do Distrito Federal que subsidiou a materialidade deste trabalho. Trata-se do projeto renovação adolescentes, o qual será apresentado nos próximos parágrafos. O recorte da condução do projeto no período pandêmico será o mote da discussão aqui realizada.

O projeto renovação adolescentes é um braço de um programa de maior porte intitulado “Projeto Renovação”, o qual é desenvolvido majoritariamente pela Defensoria Pública do Distrito Federal. O projeto foi iniciado em 2017 e tem como objetivo principal garantir e promover a educação em direitos e a saúde mental para adolescentes em conflito com a lei, mulheres vítimas de violência doméstica, homens autores de violência doméstica, pessoas em situação de vulnerabilidade social e servidores públicos (EASJUR, 2020).

Ainda no sítio do projeto renovação, encontramos o seguinte elemento descritor do projeto:

Dando enfoque às assistências educacionais e psicossociais, com vista a garantir e promover o direito à liberdade, à informação, à educação, ao acesso às políticas públicas, bem como à ressignificação de infrações/delitos, de vivências, de sofrimento psíquico, de adoecimento no trabalho e/ou situações relacionadas ao sistema de Justiça, por meio da participação em Grupos reflexivos e psicoeducativos. Visa promover a melhoria na comunicação, no bem-estar, nas relações interpessoais e na qualidade de vida de todos os envolvidos, propiciando um processo educativo contínuo por meio do ensino/aprendizagem, da convivência e da atitude. (EASJUR, 2020)

O projeto renovação adolescentes tem como público-alvo os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto de prestação de serviço à comunidade (PSC). Essa ação foi aplicada em parceria pela Defensoria Pública do Distrito Federal, Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e Universidade de Brasília. A ação tem caráter inovador, pois traz a ideia da conversão das PSC's em prática pedagógica, dispositivo estabelecido no artigo 117 do ECA. Nesse caminho, a equipe do projeto é multidisciplinar, constituída por educadores, psicólogos, pedagogos, profissionais que atuam no sistema socioeducativo, defensores públicos, assistentes sociais, dentre outros. O objetivo central da prática é ofertar instrumentos que possibilitem a ressignificação de trajetórias mediante metodologias humanistas que fortaleçam a autoestima dos indivíduos envolvidos, levando-os a repensarem os seus atos, e assim, atuarem na vida pessoal e social de forma mais crítica, fraterna e justa. O projeto traz uma visão diferenciada ao sistema correcional usualmente adotado, sobretudo por destacar a importância da socioafetividade na aplicação dos direitos.

Apesar das dificuldades encontradas durante a pandemia do COVID-19, o projeto renovação adolescentes não parou com as suas atividades, e isso foi fundamental para que a vida dos adolescentes em cumprimento de PSC não sofresse interrupção no que tange ao acompanhamento e cumprimento da medida socioeducativa. Neste trabalho, o enfoque será direcionado na realização do projeto no período compreendido pela pandemia, mais especificamente, nos anos de 2020 a 2021. Neste escopo, a descrição básica do projeto aparece na sequência.

Um dado fundamental da execução do projeto no período considerado foi a forma de aplicação. Houve nove encontros síncronos, um para cada módulo do curso. A dinâmica dos encontros se dava integralmente remota por meio da plataforma Zoom, ou seja, as aulas ocorriam virtualmente e na modalidade síncrona. A maior parte dos/das adolescentes acessava a plataforma por meio de *smartphones*. As reuniões síncronas ocorriam às quartas-feiras, tendo início às 15h e finalizando às 17h. Além das reuniões semanais síncronas, havia também atividades complementares, também semanais, com duas horas de duração e de forma assíncrona. Assim, a cada semana, os/as adolescentes tinham, no mínimo, o total de quatro horas de atividades relacionadas ao projeto. As atividades assíncronas eram conduzidas por profissionais vinculados à Universidade de Brasília, e tinham o objetivo de manter os/as adolescentes em contato com a equipe responsável pela aplicação do projeto. Os encontros síncronos perfizeram uma carga horária de 18 horas, contando com nono e último encontro que foi destinado à avaliação do projeto e formatura do público participante. Os encontros assíncronos tiveram uma carga total de 16 horas.

A cada encontro síncrono, com exceção do nono, havia uma atividade complementar a ser conduzida de forma assíncrona. Dessa forma, os adolescentes participantes do projeto se submetiam a uma carga horária total de 34 horas. Os temas de cada encontro serão apresentados a seguir.

Os encontros síncronos foram guiados por nove módulos, quais sejam:

Módulo 1: nesse módulo ocorria o acolhimento do adolescente pela equipe e o estabelecimento das regras de convivência. Além disso, era ensinado o passo a passo do uso da plataforma.

Módulo 2: nesta etapa foram apresentados os seguintes temas: inteligência emocional, psicologia positiva, ética, motivação, pandemia Covid-19.

Módulo 3: nesse módulo foram apresentados aos adolescentes os seguintes conteúdos: noções de direitos das crianças e dos adolescentes (elementos do ECA); atos infracionais e medidas socioeducativas.

Módulo 4: neste encontro foi discutido sobre saúde mental e projetos de vida no contexto da pandemia e pós-pandemia.

Módulo 5: este módulo foi destinado ao debate sobre profissionalização; nesse sentido, foi ensinado aos estudantes como elaborar um currículo, postura profissional, bem como a preparação para uma seleção e/ou entrevista de emprego.

Módulo 6: neste encontro o assunto de gênero e prevenção à violência foi abordado. Nesse contexto foi discutido sobre os conceitos de machismo e feminismo.

Módulo 7: neste módulo foi debatido sobre gravidez na adolescência e paternidade responsável.

Módulo 8: este encontro foi destinado à temática de masculinidade saudável, namoro legal e homens essenciais.

Módulo 9: o último módulo foi direcionado à avaliação do curso pelos adolescentes e à formatura.

As atividades complementares, que correspondiam à parte assíncrona do projeto, foram desenvolvidas e acompanhadas por profissionais (professores, discentes e estagiários) do Instituto de Psicologia da UnB. Essas atividades eram enviadas para o grupo de *Whatsapp* em que participavam os adolescentes e componentes da equipe do projeto. As tarefas eram divididas em quatro eixos, quais sejam: Eixo 1- Eu como pessoa; Eixo 2 – Eu como cidadão; Eixo 3 - Eu como trabalhador; Eixo 4 - Eu e o outro. A descrição dos eixos e atividades encontra-se na sequência.

### **Eixo 1 - Eu como pessoa**

Objetivo das atividades: Oferecer um contexto oportuno para os adolescentes refletirem sobre si mesmos como pessoas com expectativas, desejos, preferências, questionamentos, oportunidades e limites, no contexto social e familiar.

● Atividade 1- Apresentação: Foi solicitado que todos se apresentassem no grupo ou enviassem pelo privado dos estagiários informações pessoais seguindo os seguintes pontos:

- Nome;
- Idade;
- Algo que gosta de fazer;
- Algo que não gosta de fazer;
- Algo que saiba fazer bem;
- O que esperam do Projeto Renovação; e
- O que esperam das Atividades Complementares.”

Atividade bônus: “Grave um áudio ou escreva um exemplo de cada situação a seguir: 1) Uma atitude ética e 2) Uma atitude não ética”.

● Atividade 2- Inteligência Emocional:

A partir do caso da atleta Simone Biles, que desistiu de competir na final individual da ginástica nas Olimpíadas de Tóquio para cuidar de sua saúde mental, os adolescentes responderam às seguintes perguntas:

- “Quais os sentimentos e emoções que levaram a Simone Biles a desistir de competir nas olimpíadas?
- Qual a sugestão que você daria a ela para ela superar esse momento?
- Conte uma experiência pessoal onde você tenha se sentido pressionado(a) como Simone Biles?”
- ATIVIDADE BÔNUS: Sugestões e votações de nomes para a Gincana de Atividades Complementares.

### **Eixo 2 - Eu como cidadão Objetivo das atividades:**

Partindo do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, construir com os adolescentes a possibilidade de refletir sobre si como parte de uma comunidade com potencialidades e limites, recursos e histórias; sensibilizar os adolescentes para os recursos comunitários existentes e sobre como eles podem contribuir para potencializar esses recursos.

● Atividade 3- Noções de Direitos e Medidas Socioeducativas: Inspirados pela música “Homem na Estrada” do grupo musical Racionais MC’s, os adolescentes compartilharam suas respostas a partir das seguintes perguntas:

- “Escolha uma música, poesia, filme, série ou desenho que represente a sua trajetória de vida;
- Explique a sua escolha;
- Como você acha que a justiça pode proteger e/ou ajudar uma pessoa que acaba de sair do sistema prisional?”

● Atividade 4- Violência e Gênero (QUIZ): Foi elaborado um quiz com questões sobre gênero e violência doméstica; os adolescentes precisaram responder às seguintes questões:

- “O FEMINISMO é o oposto de MACHISMO? Por quê? ○ Explique e exemplifique como as atitudes machistas podem afetar negativamente as outras pessoas (Dê 3 exemplos).
- A violência física não é a única forma de violência humana. Cite, pelo menos, dois tipos de violência e exemplifique como eles se manifestam nas relações entre pessoas?
- O que pode ser feito para prevenir/evitar a violência doméstica? Cite duas ações concretas que você poderia fazer.”
- ATIVIDADE BÔNUS: “Grave um áudio ou escreva um exemplo de uma situação machista que tenha ocorrido em algum filme, novela, série, desenho ou música e, também, nos explique qual seria a forma mais correta de agir diante tal situação”.

### **Eixo 3 - Eu como trabalhador**

Objetivo da atividade: Oferecer um cenário adequado para uma reflexão sobre a noção de trabalho (como atividade de transformação de si e da realidade, trabalho vivo) e sobre a ideia de trabalhador decorrente da perspectiva do trabalho “vivo”.

● Atividade 5- Entrevista de Emprego (QUIZ): Questões sobre a trajetória da busca de emprego e o processo de seleção.

- “Cite um comportamento que devo ter durante uma entrevista de emprego e um comportamento que NÃO devo ter durante uma entrevista de emprego?
- Você acha importante a roupa que você usa na hora da entrevista de emprego? Por quê?
- Qual profissão, na sua opinião, é a mais importante para o mundo? Por quê?
- Fale, na ordem da sua preferência, 3 profissões que você queria ter? Por quê?”
- ATIVIDADE BÔNUS: “Imagine que você vai abrir uma empresa na qual você é o dono e que vai precisar contratar algumas pessoas. Queremos saber: 1) Qual é o nome da sua empresa?; 2) Que tipo de serviços a sua empresa ofereceria?; 3) Qual perfil de candidatos você procuraria para trabalhar na sua empresa?”

#### **Eixo 4 - Eu e o outro**

Objetivo das atividades: Construir com os adolescentes a possibilidade de refletir sobre a ideia da coexistência e da corresponsabilidade sujeito-outro como um princípio da existência humana, a luz de temas de gênero, paternidade/maternidade responsável, e outros.

- Atividade 6- Comunicação: Questões sobre formas de comunicação e comunicação não-violenta. ○ “Com suas palavras, explique o que é comunicação não-violenta.
  - Dê, pelo menos, um exemplo em que a comunicação não-violenta esteve presente.
  - Cite ao menos duas táticas para prevenir situações de conflito ou a comunicação violenta.
  - Qual a diferença entre escutar e ouvir? Explique ou exemplifique.
  - O que é escuta empática? Comente uma situação em que você teve dificuldade em ter uma postura empática.”

Atividade 7- Responsabilização e Protagonismo Juvenil: Com base nas reflexões sobre as necessidades da comunidade de cada um, foi solicitado que os adolescentes respondessem:

- “Sobre o que será este projeto?
- Quais principais atividades serão desenvolvidas dentro deste projeto?
- Este projeto irá atender qual público?
- Compartilhe conosco outras informações que desejar necessárias sobre o seu projeto.”

#### *3.2 Método de coleta e análise dos dados*

A pesquisa que suportou este estudo é predominantemente qualitativa, no sentido em que ela se desenvolve na perspectiva de Creswell (2007), o qual preconiza que “a pesquisa qualitativa é interpretativa, os pesquisadores geralmente se relacionam com os participantes podendo compreender seu modo de vida, sua cultura e explorar suas atividades, seu trabalho, seus comportamentos, seu cotidiano”.

Como método foi escolhido o estudo de caso, pois o objetivo da pesquisa era compreender as consequências da intersetorialidade aplicada no caso específico do projeto renovação adolescentes na eficácia das medidas socioeducativas. Nesse bojo, destaca-se as palavras de Yin

(2015, p.31), em que é colocado que “a pesquisa de estudo de caso é, provavelmente, mais apropriada para as questões como e por que; por isso, sua tarefa inicial é esclarecer, precisamente, a natureza de suas questões de estudo a esse respeito”, corroborando com a nossa escolha pelo estudo de caso.

Nesse percurso, a coleta de dados foi realizada por dois processos: observação e entrevistas. As pesquisadoras atuaram na concepção e na aplicação do projeto, e assim puderam observar o comportamento dos adolescentes no decorrer das atividades. As anotações que fizeram naquele momento constituíram um dos instrumentos usados na análise dos resultados. Além do material já mencionado, no fim do projeto foram realizadas entrevistas com os/as adolescentes participantes. Os adolescentes entrevistados foram escolhidos de forma aleatória. Em tais entrevistas foi indagado aos respondentes a sua opinião sobre o projeto, como a satisfação com a metodologia e resultados. A única pergunta da entrevista era a seguinte: “Você acha que as aprendizagens adquiridas com o projeto renovação podem provocar mudanças de atitudes, comportamentos e práticas em sua vida cotidiana? Justifique a sua resposta”. Os entrevistados ficaram livres para responder, ou seja, as entrevistas foram conduzidas de forma flexível, deixando os entrevistados com bastante liberdade em relação ao tempo e espaço gastos em duas respostas. As respostas foram anotadas e catalogadas. Para analisar o conteúdo dessas entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo embasada por Bardin (1977), o qual afirma o seguinte

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1997, p. 47).

Apoiados na formulação de Bardin, a análise foi dividida em três etapas: 1. pré-análise; 2. exploração do material; 3. tratamento das informações (Bardin, 1997). Seguindo este panorama, os resultados serão apresentados na próxima seção.

## 4 Resultados

Iniciamos esta seção pontuando alguns dados quantitativos acerca dos adolescentes que participaram do projeto renovação. Houve quatro turmas do projeto renovação adolescentes entre

os anos 2020 e 2021. Conforme já mencionado, todas elas ocorreram no formato virtual. A primeira turma, iniciada em setembro de 2020, contou com 34 adolescentes inscritos, dos quais 17 concluíram, o que corresponde a 50% de aproveitamento. A segunda turma, iniciada em outubro de 2020, contou com 24 inscritos, dos quais 14 terminaram o curso, o que corresponde a 58,3% de aproveitamento. A terceira turma, iniciada em março de 2021, teve 23 inscritos e 11 concluintes, o que nos fornece um aproveitamento de 47,8%. A quarta turma teve início em julho de 2021 e contou com 49 inscritos e 20 concluintes, o que corresponde ao aproveitamento de 40,8%. O conjunto das quatro turmas teve 130 inscritos e 62 concluintes, perfazendo 47,6% de aproveitamento. Apesar do aproveitamento estar aquém das expectativas iniciais dos idealizadores do projeto, o sucesso da ação se tornará bem evidente com as respostas dos adolescentes e de seus pais à entrevista.

Com o cumprimento das três etapas preconizadas por Bardin, passamos neste momento para a análise de conteúdo das respostas dadas pelos adolescentes nas atividades de cada módulo, bem como das entrevistas dos jovens no final do projeto. Com a finalidade de não identificar os indivíduos, os classificaremos como “adolescente X”. Os relatos foram transcritos na forma original, sem correção prévia de possíveis erros ortográficos ou gramaticais.

Nesse caminho, iniciaremos pela opinião do “adolescente 1” em relação ao módulo 1 do curso, a qual está transcrita a seguir:

As leis estão presentes no nosso cotidiano, temos livre arbítrio, porém existem regras. Quando infringimos a lei, há consequências. Existem as medidas socioeducativas, como esse projeto, que ensina o jovem a seguir um caminho melhor. No dia a dia podemos ver jovens e crianças cometendo infrações, mas nem sempre é porque querem, às vezes pode ser porque necessitam de algo. Tendo tudo isso em mente podemos perceber que todos temos noções de direito, porém já cometemos ou vimos alguém cometer esses atos. Isso faz parte do nosso cotidiano e nos deixa reflexivo sobre cada caso. (Adolescente 1)

Por meio da transcrição da fala do “adolescente 1”, percebemos que o projeto possibilitou a compreensão da existência e necessidade das regras, e que a não obediência acarreta consequências. Um fato curioso é que os adolescentes de forma geral, incluindo o autor do trecho citado, passaram a identificar as medidas socioeducativas como algo que possibilitará melhoria no seu projeto de vida, e não apenas como uma forma de punição pelos seus delitos.

No que tange o módulo 2, destacamos a opinião do “adolescente 2” em relação à pandemia, o que enfatiza o período em que o projeto foi conduzido.

*Eu acho que a pandemia atrasou vários aspectos da nossa vida. Por exemplo, na nossa aprendizagem escolar, e nos empregos. Minha família ficou bem abalada porque, além das mortes de parentes, essa doença trouxe aumento nos impostos, está tudo muito caro. Isso afeta nossa saúde mental. (Adolescente 2)*

Percebemos que a fala do/a “adolescente 2” traduz maturidade desse/a adolescente, pois conseguiu expressar as diferentes esferas da problemática oriunda da pandemia, ou seja, as consequências físicas, mentais e econômicas.

Em relação ao módulo sobre profissionalização, trazemos a fala do “adolescente 3”:

Hoje eu aprendi como fazer um currículo, escrever as informações de acordo com a vaga, como se comportar na entrevista, a roupa que devo usar e sobre qual a postura devo ter. Eu nunca fiz um currículo, mas quando fizer vou saber o que colocar. O vídeo motivacional diz para gente não desistir dos sonhos, que tem que ter esperança. Tenho um caminho grande pela frente, estudar e trabalhar um dia. (Adolescente 3)

Na transcrição da opinião do “adolescente 3”, percebe-se que ele/a aprendeu aspectos importantes relacionados ao mercado de trabalho, e a partir daí consegue se enxergar como uma pessoa que pode galgar espaços valiosos na sociedade, ou seja, vê perspectivas de ingressar no mundo de trabalho, bem como de se especializar em alguma área. Um destaque é que as respostas dadas pelos outros/as adolescentes foram unâimes em classificar o módulo muito relevante para a sua vida prática. As falas enfatizaram os ensinamentos sobre o currículo e postura em entrevistas de emprego.

Ainda no módulo sobre profissionalização, a fala do/a “adolescente 4” se diferenciou bastante das opiniões de outros adolescentes, pois tocou num assunto sensível na sociedade, conforme vemos a seguir:

A gente vive em um país muito racista. Até para arrumar um emprego é difícil. Tem muitas empresas que não contratam negros e não assumem que são racistas. Além disso, vejo muitas pessoas acusando os menores, porque não admitem que erraram e botam a culpa no menor aprendiz. O mercado de trabalho está cada vez mais difícil, ainda mais para pessoas negras, e isso desanima muito. Mas na aula de hoje aprendi algumas dicas, espero que me ajude a conseguir um emprego. (Adolescente 4)

O/A “adolescente 4” menciona o assunto do racismo, deixando implícito as duas formas mais recorrentes dos atos racistas transparecer: o racismo explícito e o racismo estrutural. Provavelmente ele/a ou algum conhecido já tenha sofrido algum ato racista, incluindo no âmbito trabalhista.

O módulo que tratou de gênero despertou bastante interesse nos adolescentes. No decorrer do encontro eles se pronunciaram, afirmando que eram machistas até mesmo sem perceber. E o mais importante, percebiam que no seu comportamento cotidiano havia atos que deveriam ser modificados, e havia disposição para a mudança positiva. Notamos isso no trecho a seguir:

Aprendi sobre o machismo e que às vezes vem implantado no homem. Por exemplo, pensar que lavar a louça é serviço de mulher ou pensar que mulher dirige pior que homem, essas coisas. O feminismo é quando as mulheres se defendem na sociedade, quebrando padrões relacionados ao gênero. Aprendi sobre violência psicológica também, que é tipo a violência que machuca com palavras, ofendendo, xingando, falando coisas que machucam o outro. Achei interessante o tema. (Adolescente 5)

O/A “adolescente 5” expressa o aprendizado sobre machismo e mostra compreensão da definição de feminismo e violência psicológica. Esses conteúdos são indispensáveis na sociedade atual, sobretudo pela grande quantidade de feminicídios que são cometidos diariamente. Logo, o fato de os adolescentes terem o entendimento das violências contra as mulheres pode acarretar a redução de crimes de gênero num futuro não muito distante.

A transcrição a seguir destaca a relevância da abordagem sobre comunicação não violenta:

A comunicação não violenta fala sobre como as pessoas se comunicam, sobre as necessidades dos dois lados, a empatia de um com o outro. Mostra que nem sempre temos a mesma opinião, mas devemos nos escutar. Eu procuro aplicar a comunicação não violenta dentro de casa e com os amigos, mas nem sempre é fácil. Na hora de se expressar devemos observar as palavras que falamos, porque nem sempre falamos de forma correta e podemos ser mal interpretados. Mas todo dia temos que exercitar essa comunicação não violenta, pois ela ajuda a resolver o problema mais rápido. Achei legal o assunto. (Adolescente 6)

Na transcrição referente ao “adolescente 6” percebe-se o aprendizado sobre a importância da comunicação não violenta na mediação e resolução de conflitos. Se levarmos em consideração o contexto atual, principalmente no âmbito da política, o ato de escutar o próximo e se expressar de forma parcimoniosa, certamente trará bons resultados nos relacionamentos sociais.

A transcrição da opinião do/a “adolescente 7” sumariza as falas referentes ao último módulo do projeto. Esse/a adolescente fala sobre o protagonismo adolescente, colocando a sua própria realidade como parâmetro.

Eu, particularmente, por ter vivido na ceilândia, sou fruto do protagonismo. Logo, de maneira gratuita, eu tenho o dever de ajudar outras pessoas. A melhor forma de exercer o protagonismo social, em um primeiro momento, seria ajudar as pessoas que nos rodeiam, tais como: amigos, familiares e vizinhos. Principalmente, falando de direitos, de programas sociais, bem como informando das iniciativas populares de ajuda à população, como, por exemplo, o Vestibular Cidadão e o Jovem de Expressão. Além disso, é importante se engajar politicamente, debatendo, refletindo e escrevendo sobre temas que impactam a política nacional, levando de maneira simples informação aos grupos vulneráveis. (Adolescente 7)

Ele/a destaca a importância do adolescente se envolver em variados aspectos da vida em sociedade, incluindo a política. Ou seja, a mensagem deste/a adolescente resume o pensamento de grande parte dos participantes do projeto, que é a identificação da juventude como agentes protagonistas do futuro do país. Contudo, eles/as sabem que para exercerem essa tarefa, devem estar adequadamente preparados e capacitados.

Neste momento, apresentaremos a opinião de dois/duas adolescentes em relação ao projeto como um todo, em resposta à questão dada na entrevista semiestruturada. Identificamos esses personagens como “adolescente 8” e “adolescente 9”.

Todas as quartas feiras eu aprendi muita coisa nas aulas. Aprendi sobre trabalhos, gostei muito da segunda aula que foi a história do rapaz que morava no privê e tals, e agora vende livros. Aprendi também como faz um currículo. Muito boa as aulas que falaram de machismo, que devemos respeitar as mulheres e jamais fazer esse tipo de coisa com elas! Também gostei bastante do vídeo do rapaz que vendia picolé, no dia do vídeo um colega meu tava do meu lado, ele falou que aquele vídeo era muito famoso e que o rapaz ia dar uma palestra em uma faculdade. Gostei bastante de ter passado esse tempo com vocês! Vocês são os melhores, quero agradecer a todos. E a todos os colegas que acompanharam e participaram comigo, gostei bastante! (Adolescente 8)

O que eu aprendi no projeto : Aprendi sobre o controle emocional e que devemos saber lidar com nossos sentimentos e emoções, tendo controle emocional sobre os acontecimentos do dia a dia. Também aprendi sobre as medidas sócio-educativas e quais são: Reparo ao dano causado, advertência, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade, semi liberdade e a sentença. Aprendi também sobre o machismo e que todos devem ter direitos iguais, tanto o homem quanto a mulher. Aprendi também a fazer currículo e a me preparar para entrevista de emprego. Aprendi que somos capazes de alcançar nossos objetivos, aprendi a me

tornar uma pessoa melhor. Aprendi também que não podemos usar drogas e o mal que elas trazem para nossas vidas e o que elas podem causar no nosso cérebro. Agradeço a todos do projeto pelo seu trabalho maravilhoso que me ajudou bastante. Eu já sei quais são os meus objetivos e o que eu quero para minha vida. Que Deus abençoe todos os projetos que possam ajudar mais jovens que nem eu, que estavam perdidos no mundo da droga e fazendo muitas coisas erradas. Que nessa quarta-feira, dia 16, seja um dia mais marcante, quero agradecer a todos! Levarei isso para o resto da minha vida e que vocês possam continuar a ajudar vários jovens. Vocês irão fazer muita falta sentirei muitas saudades de todos, obrigado. (Adolescente 9)

Os relatos desses/as adolescentes sintetizam a opinião de todos, que foram unâimes em enfatizar a importância do projeto em suas jornadas de ressignificação da vida. As falas, que estão contidas no E-book “Projeto Renovação Adolescentes”, organizado pela EASJUR, mostram que os adolescentes se lembram de detalhes dos assuntos trabalhados nos encontros. Além disso, eles agradecem a equipe precursora do projeto, fato que nos mostra que o projeto de fato os agradou, e passou a ser visto como uma atividade prazerosa, ao invés de uma tarefa meramente obrigatória.

A Figura 1 sumariza o tripé constituído pelas instituições que aplicaram o projeto renovação adolescentes, quais sejam: a Secretaria de Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), representada pela Gerência de Atendimento do Meio Aberto (GEAMA); a Defensoria Pública do Distrito Federal; e a Universidade de Brasília (UnB), representada pelo Instituto de Psicologia. Na figura, destacamos que a interseção do trabalho dessas três instituições consiste no que denominamos intersetorialidade, que no caso em tela foi materializada pelo projeto renovação adolescentes.

Figura 1: Intersetorialidade na socioeducação



Fonte: autoria própria

Os resultados obtidos, ou seja, os depoimentos positivos dos/as adolescentes tanto sobre o conteúdo de cada módulo, quanto em relação ao projeto completo, corroboram trabalhos encontrados na literatura que também aplicaram a intersetorialidade na socioeducação. Por

exemplo, no trabalho de Vedovello *et al* (2022), foi analisado como a terapia ocupacional pode trazer benefícios aos socioeducandos, colocando os jovens e familiares como protagonistas no processo de ressignificação de trajetória. Ou seja, por meio de uma parceria com instituições municipais de Campinas-SP, pôde ser oferecido aos adolescentes cursos de culinária, arte-terapia e inclusão digital, ministrados por profissionais qualificados. Com isso, os jovens não tinham o cumprimento da medida como uma tarefa tediosa e obrigatória, mas como algo prazeroso e que poderia modificar a sua trajetória. Esse resultado foi muito similar ao obtido pela pesquisa apresentada neste trabalho.

O trabalho conduzido por Trentin, Silvestre e Amaral (2028), também realizado em Campinas-SP, que investigou a perspectiva dos agentes pedagógicos sobre as práticas de lazer de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa também ajudou a confirmar os resultados do nosso estudo. Na pesquisa desses autores foi destacado que o lazer, por meio da ação dos agentes pedagógicos, além de ter característica educativa, também colabora para que as instituições de atendimento socioeducativo se afastem da lógica punitivista que permeia o sistema carcerário brasileiro. E o abandono do punir para educar aproximou os socioeducandos dos agentes que acompanhavam o processo educativo, diminuindo assim a evasão e tornando a medida socioeducativa mais prazerosa na ótica dos adolescentes.

## 5. Considerações Finais

O objetivo primordial deste trabalho era apresentar os resultados de uma ação intersetorial realizada no bojo do sistema socioeducativo do Distrito Federal. A ação, denominada projeto renovação adolescentes, foi elaborada e aplicada por três instituições, a saber: a Secretaria de Justiça do DF, representada pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Gama; a Defensoria Pública do DF; e a UnB. A ação consistia na substituição da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade por prática pedagógica. O projeto, implementado por meio de um curso nos anos de 2020 e 2021, em plena pandemia, foi realizado por meio de nove encontros virtuais síncronos, representados por módulos, e oito atividades assíncronas. O curso totalizava 34 horas. Como resultado foi constatada a aceitação unânime dos/as adolescentes à metodologia da prática pedagógica, averiguada por meio de depoimentos dos socioeducandos durante e no final da ação. Os/as adolescentes relataram que os temas abordados no curso propiciaram ganhos reais em suas vidas, permitindo que eles vislumbrassem melhoria na vida pessoal e profissional após o cumprimento da medida. Além disso, eles também relataram que a medida socioeducativa

embasada em prática pedagógica tornava o ambiente mais leve, tirando o caráter punitivista usualmente presente na aplicação das medidas tradicionais. Os resultados são corroborados por outros estudos que também trabalham intersetorialidade na aplicação de medidas socioeducativas.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARROS, J. C. C. Semeando ideias, colhendo aprendizagens. *A sistematização de práticas sociais*. In: Regina Maria Martelete; Eduardo Navarro Stotz (Org.). *Informação, saúde e redes sociais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo - SINASE*/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília - DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF. Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília, DF. Presidência da República, 2012.

CEDECA-RJ. *30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro, 2020.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

EASJUR. ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA. *Projeto Renovação*. Disponível em: Renovação – EASJUR. Acesso em: 17 maio 2025.

JUNQUEIRA, L.A.P. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégia de gestão da cidade. *Revista FEA-PUC-SP*. n. 1, p. 57-72, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/5z8Cktz8WQmTG95qcGDChrw/>. Acesso em: 17 maio 2025.

LOUZADA, E. B. (Org) *Entre direitos, proteção integral e prioridade absoluta: a criança e o adolescente como foco da teia protetiva*. 1a. Edição. Brasília: Efeito Sete, 2022.

MONTEIRO BRITO, A. E. R. A incompletude institucional e a intersetorialidade na política de atenção à criança e ao adolescente no município de Recife. 2020. 96 pp. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39062>. Acesso em: 18 maio 2025.

TRENTIN, D. F. L.; SILVESTRE, B. M.; AMARAL, S. C. F. Juventudes e medida socioeducativa: O olhar dos Agentes Pedagógicos sobre as práticas de lazer. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 4, p.877-899 2018 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/50848>. Acesso em: 18 maio 2025.

VEDOVELLO, A. J. S. et al. Terapia ocupacional e socioeducação: uma trajetória institucional de acompanhamento de adolescentes e jovens durante quatro décadas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 31, p. e3396, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE259933961>. Acesso em 19 maio 2025.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre/RS: Bookman, 2003.